



Pensar a Cidade

Bruna Suptitz

contato@pensaracidade.com

Ano novo, pauta antiga: revisão do Plano Diretor de Porto Alegre seguirá em debate em 2025



EVANDRO OLIVEIRA/JC

Eventos climáticos, como o que atingiu o Estado em maio de 2024, devem ser tratados pelo planejamento urbano

Prefeito Sebastião Melo atravessou os quatro anos do primeiro mandato sem colocar em votação o projeto da lei que diz considerar 'a mais importante de uma cidade'

Pandemia, discordância com a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, processo na Justiça questionando o funcionamento do conselho, tragédia climática e social, enchente, eleições: o acumulado destes fatores, somado à condução política do governo municipal, vem postergando há cinco anos a revisão do Plano Diretor de Porto Alegre. Assim, o prefeito reeleito Sebastião Melo (MDB) começou e encerrou seu primeiro mandato à frente da Prefeitura da Capital sem ter concluído a revisão do Plano Diretor, que ele diz considerar “a lei mais importante de uma cidade”.

A expectativa, agora, é que o projeto de lei seja elaborado em 2025 e enviado para a Câmara no mesmo ano. Uma vez lá, seguirá o tempo do Legislativo, como o prefeito Melo costuma dizer – ou seja, não tem como precisar quando será apreciado, nem como garantir que

os vereadores apreciarão a proposta no mesmo ano. Com base no histórico recente, nem mesmo o seu envio pelo Executivo pode ser dado como certo, embora, diferentemente dos outros anos, o trâmite esteja num estágio adiantado.

Soma-se a isso a recente prorrogação até o último dia de 2026 do convênio firmado entre a prefeitura e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) cujo objeto é a coordenação do projeto “POA 2030, Inovadora, Integrada, Resiliente e Sustentável”, que trata da revisão do Plano Diretor. O novo prazo implicou também em aditivo no valor repassado, para a agência da ONU, para que se trabalhe em um projeto específico para tratar do bairro Arquipélago – que contempla as Ilhas da cidade, região muito atingida em maio deste ano, mas que sofre com frequência muito maior que o restante da cidade com inundações do Rio Jacuí

E como não tinha como ser diferente, o evento climático extremo que atingiu todo o Estado em maio mudou a agenda dos governos e a rotina de toda a sociedade. Assim como a pandemia de Covid-19 mobilizou novas formas de pensar moradia, espaço de trabalho e áreas públicas,

a enchente de maio de 2024, a maior da história do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre, provoca a pensar na relação entre a cidade e a natureza, área construída e corpos d'água, prevenção e mitigação. O projeto de lei da revisão, que Melo queria remeter ao Legislativo após a eleição, ficará para 2025, com uma Câmara sob nova composição.

Embora a Capital tenha um Plano de Ação Climática que analisa “riscos e vulnerabilidades climáticas” da cidade como um todo, a real adaptação acontece na soma das ações locais. É assim que o planejamento urbano pode cumprir seu papel de indutor do desenvolvimento sustentável, promovendo incentivos às boas práticas, fazendo valer a função de frear avanços indiscriminados sobre os espaços verdes a serem preservados, e fiscalizando práticas divergentes dos objetivos da cidade.

Para 2025, caberá à sociedade em Porto Alegre – e em todos os outros municípios gaúchos onde planos diretores serão elaborados ou revisados a partir deste ano – acompanhar e cobrar coerência entre o desenvolvimento urbano planejado no presente para um futuro seguro para todos.

Vai e vem da revisão

O primeiro passo do atual trâmite do Plano Diretor de Porto Alegre, que deveria ter sua revisão aprovada entre 2019 e 2020, foi dado somente no segundo semestre de 2019. Contando com o ano seguinte para os debates e a realização dos estudos, o então prefeito Nelson Marchezan Junior (PSDB, 2017-2020) assumiu o risco de correr contra o prazo. E, com a emergência sanitária da Covid-19, viu seu governo encerrar sem interferir de maneira significativa no planejamento urbano da Capital.

Com as atividades participativas suspensas entre março de 2020 e o fim de 2021, a revisão pouco andou nestes dois anos. Em 2022, já no governo Sebastião Melo, a prefeitura decidiu abrir mão das tratativas com a Ufrgs, que auxiliaria na elaboração de estudos.

Por meio do Pnud (órgão da ONU com o qual mantém convênio para intermediar a contratação de consultorias), passou a contar com apoio da Ernst & Young.

Entre o fim de 2022 e o ano seguinte, a revisão retomou algum fôlego com a realização de seminários, conferências, oficinas e reuniões em grupos, além do início da apresentação de estudos e propostas a serem seguidas no planejamento urbano da Capital.

O cenário mudou com 2023 quase fechando as portas. Prorrogando o mandato dos integrantes do Conselho do Plano Diretor por mais de três anos, o governo Melo foi instado pela justiça a realizar eleições para definir os representantes comunitários e da sociedade civil no colegiado e, somente após, dar continuidade ao trâmite.

Com o processo parcialmente parado, a atenção se voltou às eleições, no início do ano, que alcançaram número recorde de inscritos e votantes. A posse do colegiado, em abril de 2024, não aconteceu em tempo suficiente para garantir a retomada das atividades, sendo novamente impactada, desta vez pelo evento climático extremo que atingiu o Estado.

Emergência climática e transformação ecológica

No mesmo ano que receberá a Conferência das Nações Unidas para o Clima – a COP 30 (mais na página 32) – o Brasil realizará a 5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente. Com o tema “A emergência climática e o desafio da transformação ecológica”, será “um convite ao debate das melhores escolhas num momento tão desafiador da história, tanto para reduzir as emissões como para nos adaptarmos aos efeitos já visíveis do aquecimento global”, informa a página oficial do evento, realizado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

Cerca de um terço dos municípios brasileiros (1.942) estão classificados pelo Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) como em situação de risco significativo devido à frequência e intensidade dos eventos climáticos extremos. Já a plataforma Adapta Brasil mostra que metade dos municípios brasileiros tem vulnerabilidade alta ou muito alta diante de desastres chamados geo-hidrológicos, como inundações, enxurradas e

deslizamentos de terra. E quase um a cada quatro municípios tem vulnerabilidade alta ou muito alta a secas.

O caso gaúcho, com a sequência de eventos climáticos extremos registrados nos últimos dois anos que teve o auge em maio de 2024, estará no centro da pauta. “Este evento sublinha a urgência de desenvolver estratégias mais robustas e baseadas em evidências científicas para a gestão de crises e a mitigação de desastres naturais, além de destacar a importância de investir em medidas adaptativas e preventivas em resposta às mudanças climáticas globais”, diz o comunicado do evento.

A base para as discussões que acontecerão em Brasília em maio de 2025 serão as etapas municipais e estaduais da conferência, além de conferências livres que poderão se somar ao debate. No Rio Grande do Sul, 30 municípios já realizaram ou têm data marcada para os encontros. Em Porto Alegre a conferência está prevista para os dias 23 e 24 de janeiro. No Estado, deverá acontecer até 15 de março.